



VON SALTIEL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Relatório Mensal de Atividades

Junho, Julho e Agosto de 2022

TRANSPORTES FROLI LTDA.

INCIDENTE PROCESSUAL N.º 5004484-02.2020.8.21.0037

RECUPERAÇÃO JUDICIAL N.º 5000676-23.2019.8.21.0037

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE URUGUAIANA/RS

JUÍZA: DRA. RAMIÉLI MAGALHÃES SIQUEIRA

Sumário

- | | | | |
|-----------|--|-----------|--------------------------------------|
| 01 | Considerações iniciais | 05 | Plano de Recuperação Judicial |
| 02 | Cronograma Processual | 06 | Considerações Finais |
| 03 | Informações sobre a Recuperanda | 07 | Anexos |
| 04 | Estrutura do Passivo | | |

01. Considerações Iniciais

Função do Administrador Judicial

O Administrador Judicial é o agente auxiliar da justiça e de confiança do Juiz que, ao assumir as suas funções, compromete-se a bem e fielmente desempenhar o encargo, com as responsabilidades a ele inerentes. O principal dever da Administração Judicial na Recuperação Judicial consiste em fiscalizar as atividades do devedor, porquanto este permanece na gestão empresarial.

O resultado dessa fiscalização é materializado por meio da apresentação de relatórios mensais de atividades (RMA), cujo dever é estabelecido à Administração Judicial no art. 22, II, 'c', da Lei n.º 11.101/05 (LRF), recentemente incluída pela Lei n.º 14.112/20, segundo o qual:

Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:

II – na recuperação judicial:

c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020).

As informações apresentadas nos relatórios serão baseadas em dados contábeis, financeiros e operacionais apresentados pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da LRF. Tais informações, todavia, **não serão objeto de exame independente ou de procedimento de auditoria**, de forma que não se poderá garantir ou afirmar a sua correção, precisão e completude.

Isso porque, como bem referem Daniel Carnio e Alexandre Correa, “a intenção do legislador nessa norma é a de que a administração verifique a plausibilidade e a veracidade da documentação apresentada pelo devedor, servindo como efetivo ente fiscalizatório”. Mais adiante, acrescentam que “a inclusão da alínea ‘c’, inciso II, do referido artigo não ocorreu para responsabilizar o auxiliar do juízo por informações inverídicas prestadas pela recuperanda”, mas sim para obrigá-lo “a fiscalizar essas informações e conferir, dentro das suas possibilidades de trabalho, se os dados possuem lastro na realidade da empresa” (COSTA, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021, pp. 107-109).

O presente relatório, portanto, não objetiva atestar a veracidade e a conformidade das informações contábeis e financeiras prestadas pelo devedor. Objetiva, por outro lado, conferi-las, a fim de aferir se guardam embasamento com a realidade coletada pela Administração Judicial nas vistorias – físicas ou virtuais – realizadas nas instalações da devedora.

01. Considerações Iniciais

Função do Administrador Judicial

Nesse sentido, o presente relatório tem como objetivo reunir, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da Empresa TRANSPORTES FROLI LTDA., ofertando ao Juiz, ao Ministério Público, aos credores e aos demais interessados um relato transparente dos principais fatos ocorridos no período analisado.

O período objeto de análise processual e operacional corresponde aos meses de **junho, julho e agosto de 2022**.

Ao lado, apresenta-se as atividades desempenhadas por esta Equipe Técnica.

Resumo das Atividades de Competência da AJ

Atendimento e prestação de informações aos credores;

Solicitação e análise da documentação contábil, bem como das atividades da Recuperanda;

Vistoria à sede da Recuperanda, de forma a verificar a continuidade da atividade e angariar informações sobre a operação;

Elaboração dos Relatórios Mensais de Atividades (RMA), fiscalização dos procedimentos inerentes ao correto andamento do processo de recuperação judicial e prestação de informações à 1ª Vara Cível da Comarca de Bento Gonçalves – RS.

02. Cronograma Processual

Transportes Froli LTDA.



03. Informações sobre a Recuperanda

Principais Informações

Atividade Principal

A recuperanda foi fundada em 1998, no município de Uruguaiana/RS, fruto do conhecimento dos seus diretores no setor de transportes, contando com uma vasta experiência diária, com rotinas de trabalho pré e pós carga e assuntos de transportes rodoviários. A empresa conta com um sistema logístico e operacional que permite a curto prazo, preços competitivos, agilidade e qualidade nos serviços prestados, tanto com cargas completas quanto fracionadas.



Razão Social: Transportes Froli LTDA.



CNPJ: 03.119.224/0001-05



Sede: Rua Marechal Setembrino de Carvalho, nº 2254, Bairro Aeroporto, Uruguaiana/RS



Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada



Capital Social: R\$ 50.000,00

Quadro Societário

Transportes Froli LTDA.

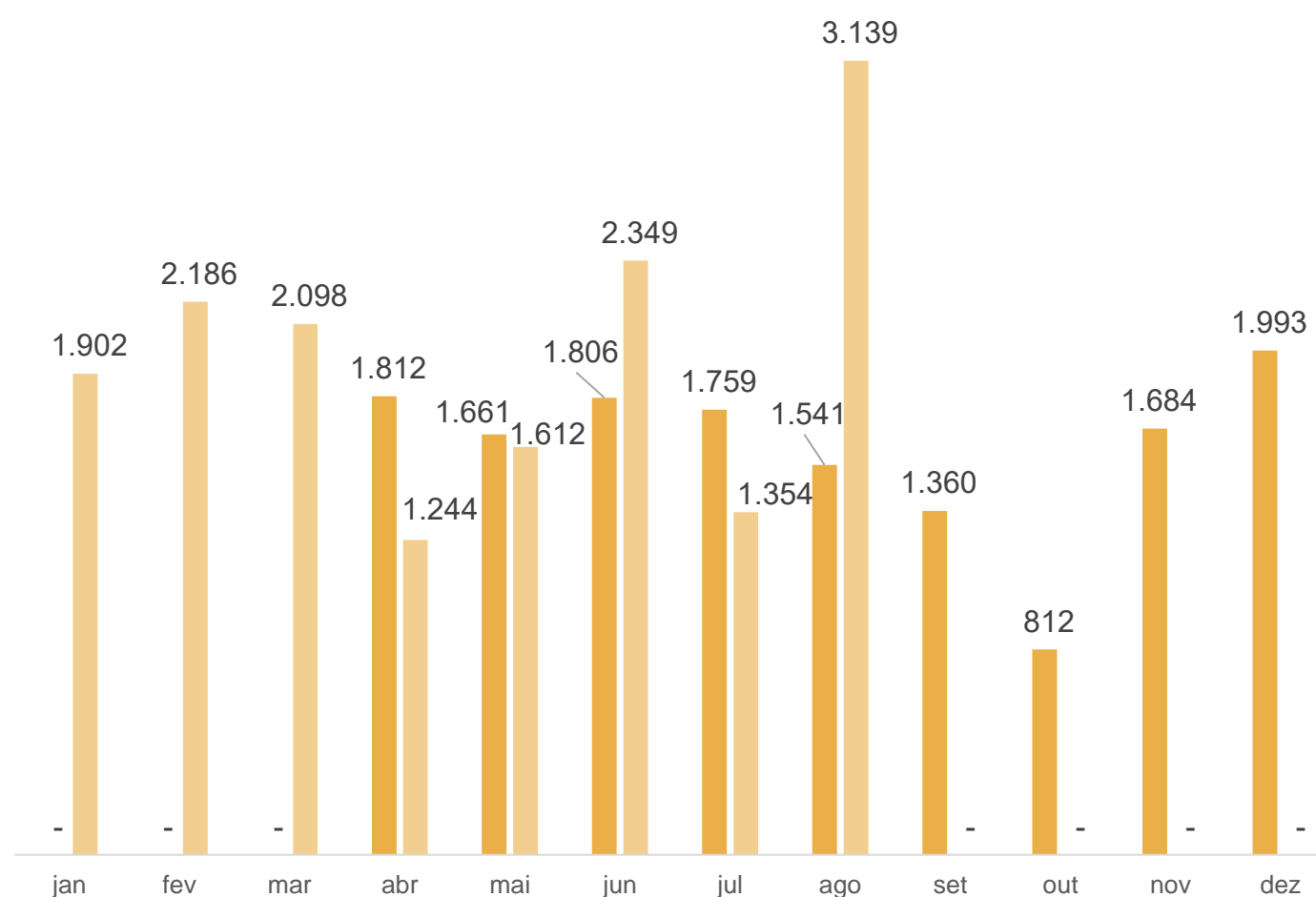
Antônio Carlos Machado Freitas
(100%)

03. Informações sobre a Recuperanda

Outras Informações

Faturamento

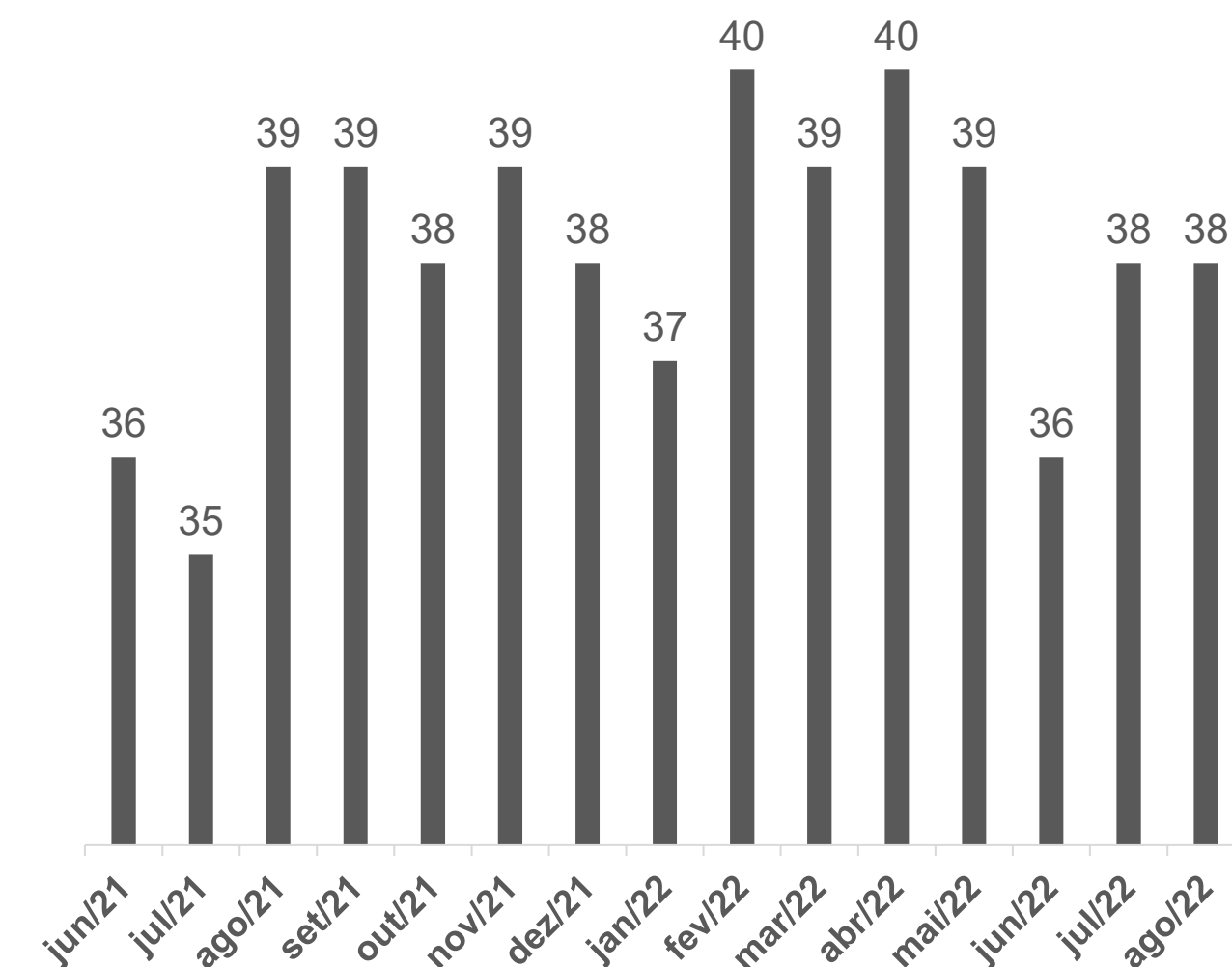
A seguir, apresenta-se gráfico comparativo com a evolução do faturamento mensal auferido pela Devedora em 2022 e no mesmo período do ano imediatamente anterior. Os valores do gráfico estão apresentados em milhares de reais (R\$).



*Destaca-se que a Devedora não disponibilizou todos os valores do faturamento obtido em 2021, motivo que justifica a ausência de tais informações para alguns meses no gráfico acima.

Quadro Funcional

Apresenta-se, a seguir, a evolução do quadro funcional da Recuperanda, conforme informações encaminhadas pela sua administração. Destaca-se que todos os funcionários são contratados pelo regime CLT.



03. Informações sobre a Recuperanda

Outras Informações

Títulos Protestados

Com base na consulta realizada no dia 13 de novembro de 2022 no site de Cartórios e Protestos (<https://site.cenprotnacional.org.br/>), apresenta-se, abaixo, quadro resumo dos títulos protestados:

Cartório	Cidade	Nº de Títulos	Valores
Serviço dos Registros Especiais da Comarca de Uruguaiana/RS	Uruguaiana/RS	144	R\$ 4.280.726,93
TOTAL		144	R\$ 4.280.726,93

Passivo Contingente

A Administração Judicial solicitou um resumo dos processos judiciais em que atualmente a Devedora é ré. Até o momento de elaboração deste relatório, as informações ainda estavam pendentes de envio. Diante do exposto, o assunto será objeto do próximo relatório mensal de atividades (RMA) a ser apresentado por este Auxiliar do Juízo.

Demais Informações



Com base nos balancetes contábeis dos meses de junho, julho e agosto/2022, foi possível identificar que as **obrigações contraídas após o ajuizamento da Recuperação Judicial**, como salários e fornecedores, estão sendo adimplidas mensalmente. No entanto, conforme demonstrado na página 10 deste relatório, há tributos em atraso.



Em relação aos **honorários da Administração Judicial**, destaca-se que, até o momento de elaboração deste relatório, não havia valores em atraso.



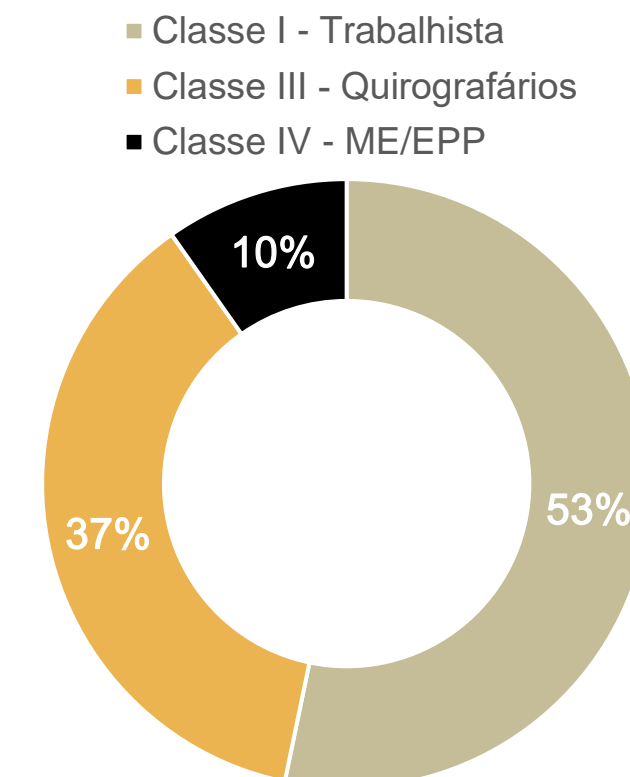
No período compreendido entre junho e agosto/2022, não houve compra ou venda de **ativo imobilizado**, conforme os demonstrativos contábeis disponibilizados pelos representantes da Empresa.

04. Estrutura do Passivo

Passivo Sujeito à Recuperação Judicial

O edital do art. 7º, §2º, da LREF, reflete a segunda relação de credores da Devedora e perfaz o montante total de **R\$ 2.210.664,43**, conforme tabela abaixo apresentada:

CLASSES	VALORES DO EDITAL ART. 52, § 1º, LRF	VALORES DO EDITAL ART. 7, § 2º, LRF E NÚMERO DE CREDORES		
		VALORES DO EDITAL	NÚMERO DE CREDORES	%
Classe I - Trabalhista	R\$ 1.037.638,51	R\$ 1.177.436,34	97	84%
Classe III - Quirografários	R\$ 817.616,49	R\$ 817.616,49	16	14%
Classe IV - ME/EPP	R\$ 138.227,10	R\$ 215.611,60	2	2%
TOTAL	R\$ 1.993.482,10	R\$ 2.210.664,43	115	100%



A lista atual é composta por 115 credores no total. Abaixo, apresenta-se os principais credores do processo:

CLASSES	PRINCIPAIS CREDORES	VALORES (R\$)	% SOBRE O PASSIVO SUJEITO
Classe I - Trabalhista	FLAVIO RICARDO SOARES MUNIZ BARRETO	R\$ 282.715,41	30,26%
Classe IV - ME/EPP	MARIZA MARIA WLADYKA MARINHO-EIRELLI (POSTO LÍDER)	R\$ 210.000,00	22,48%
Classe I - Trabalhista	NAIRES JESUS DA SILVA RODRIGUES	R\$ 200.000,00	21,41%
Classe III - Quirografários	RODOANEL SUL COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS	R\$ 125.000,00	13,38%
Classe III - Quirografários	POSTO TIO ZICO LTDA	R\$ 116.601,92	12,48%
TOTAL - 5 PRINCIPAIS CREDORES		R\$ 934.317,33	100,00%

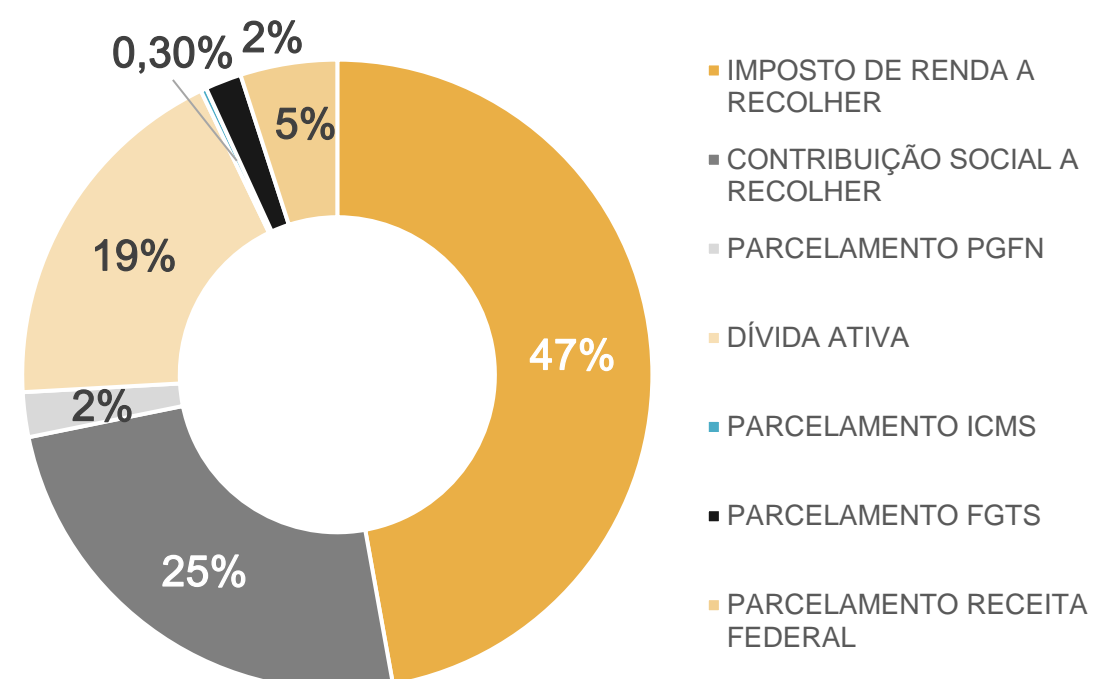
04. Estrutura do Passivo

Passivo Extraconcursal

Passivo Extraconcursal - Tributário

Com base no balancete disponibilizado pela administração da Devedora, com data-base de agosto/2022, foi possível verificar os saldos dos tributos devidos, conforme tabela abaixo:

Natureza do Tributo	Valor	%
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	R\$ 702.134,28	47,17%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER	R\$ 366.970,67	24,65%
PARCELAMENTO PGFN	R\$ 34.192,67	2,30%
DÍVIDA ATIVA	R\$ 279.117,23	18,75%
PARCELAMENTO ICMS	R\$ 4.453,83	0,30%
PARCELAMENTO FGTS	R\$ 27.700,00	1,86%
PARCELAMENTO RECEITA FEDERAL	R\$ 73.994,84	4,97%
TOTAL	R\$ 1.488.563,52	100,00%



Passivo Extraconcursal - Outros

Como créditos extraconcursais enquadram-se, principalmente, (i) o passivo fiscal e operações de adiantamento de contrato de câmbio, (ii) cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios, (iii) alienação fiduciária e (iv) arrendamento mercantil (leasing).

A Administração Judicial solicitou as informações à Devedora e apresentará um resumo a respeito do passivo extraconcursal no próximo relatório mensal de atividades (RMA).

05. Plano de Recuperação Judicial

Condições de Pagamento




Apresenta-se, abaixo, um quadro resumo correspondente às condições de pagamento previstas no plano de recuperação apresentado pela Recuperanda na Assembleia-Geral de Credores realizada no dia 15/04/2021. Ressalta-se que a contagem dos prazos inicia-se a partir da data de homologação do PRJ, a qual ainda está pendente.

CLASSE	SUBCLASSE	MESES DE CARÊNCIA	PRAZO TOTAL PARA A QUITAÇÃO DO CRÉDITO (CONSIDERANDO O PERÍODO DE CARÊNCIA)	DESÁGIO	FORMA DE PAGAMENTO	ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO
Trabalhista	Créditos até R\$ 10.000,00	Não há	12 meses	0%	Semestralmente	TR + 3% ao ano
	Créditos entre R\$ 10.000,01 e R\$ 50.000,00	Não há	12 meses	30%	Semestralmente	TR + 3% ao ano
	Créditos entre R\$ 50.000,01 e R\$ 100.000,00	Não há	12 meses	50%	Semestralmente	TR + 3% ao ano
	Créditos acima de R\$ 100.000,01	Não há	12 meses	60%	Semestralmente	TR + 3% ao ano
	Proposta alternativa – qualquer valor de crédito	Não há	6 anos	0%	Semestralmente	TR + 3% ao ano
Quirografária	Créditos até R\$ 100.000,00	12 meses	4 anos	20%	Mensal	TR + 3% ao ano
	Créditos a partir de R\$ 100.000,01	12 meses	5 anos	35%	Mensal	TR + 3% ao ano
ME/ EPP	Créditos até R\$ 100.000,00	Não há	1 ano	0%	Mensal	TR + 3% ao ano
	Créditos a partir de R\$ 100.000,01	12 meses	4 anos	35%	Mensal	TR + 3% ao ano

05. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano

Aguarda-se, neste momento, a decisão de homologação do plano de recuperação judicial. Sendo assim, seguem abaixo as datas previstas para início e término dos pagamentos:

CLASSE	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	TÉRMINO DOS PAGAMENTOS	STATUS	CUMPRIMENTO DO PLANO
Trabalhista	-	-	Pagamentos ainda não foram iniciados	
Quirografia	-	-	Pagamentos ainda não foram iniciados	
ME/EPP	-	-	Pagamentos ainda não foram iniciados	

06. Considerações Finais

Diante do exposto a Administração Judicial vem, com o devido acato, perante Vossa Excelência, requerer:

- a) o recebimento do relatório de atividades da recuperanda, referente aos meses de **junho, julho e agosto de 2022**, a fim de fornecer a todas as partes interessadas os principais tópicos do processo de recuperação em questão até o momento;
- b) após a devida análise pelos órgãos competentes, o julgamento do presente relatório.

Sendo o que se cumpria reportar, a Administração Judicial permanece à disposição desse douto Juízo, bem como da coletividade dos credores e da recuperanda para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nesses Termos,
É o Relatório.

Uruguaiana/RS, 14 de novembro de 2022.

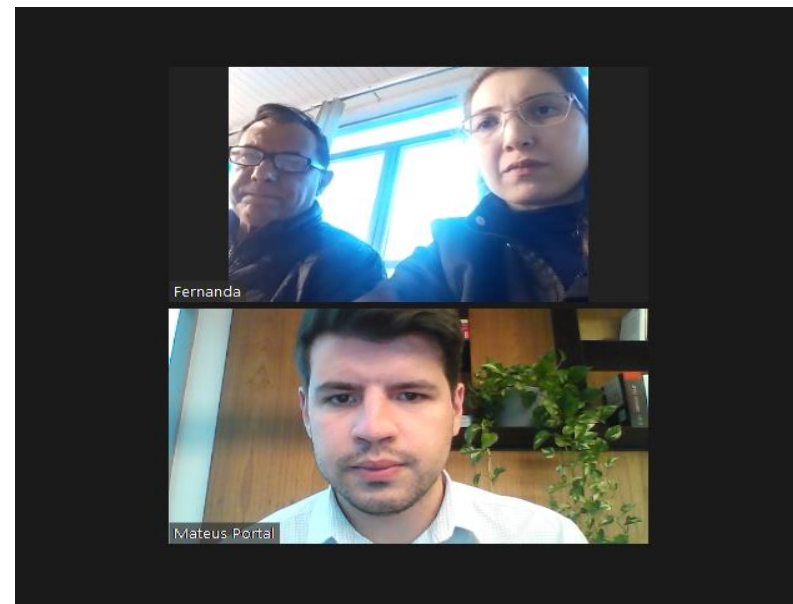
VON SALTIEL
ADMINISTRADORA JUDICIAL

AUGUSTO VON SALTIEL
OAB/RS 87.924

GERMANO VON SALTIEL
OAB/RS 68.999

07. Anexos

Fotos disponibilizadas pelas representantes da Recuperanda em 03/11/2022



01. Reunião virtual realizada pela Administração Judicial em 31/10/2022



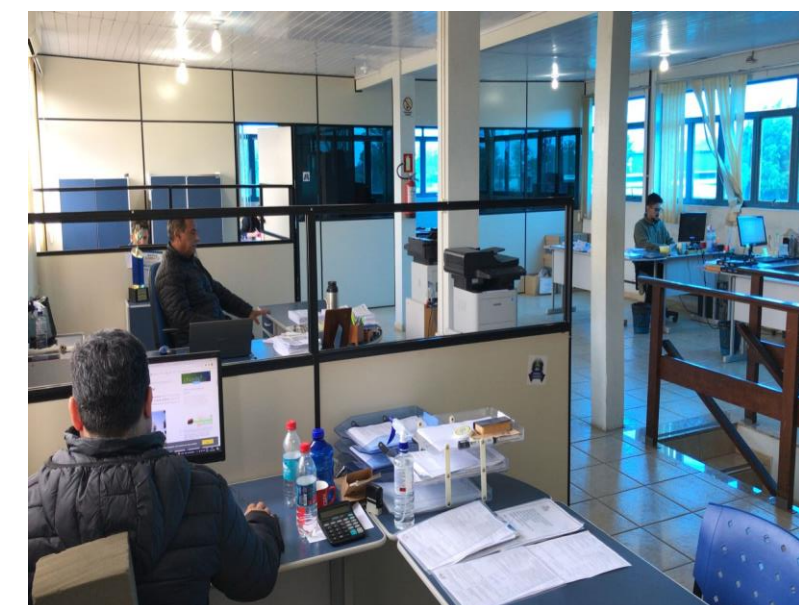
02. Parte do estacionamento



03. Parte do estacionamento



04. Parte do estacionamento



05. Setor administrativo



06. Setor administrativo



VON SALTIEL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Telefones

(51) 3414-6760 / (48) 3197-2969

Whats Business

(51) 99171-7069

Endereço de e-mail

atendimento@vonsaltiel.com.br

Website

www.vonsaltiel.com.br